

**Área:** Internacionalização | **Tema:** Tópicos Emergentes em Internacionalização

**POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INDUTOR DO BEM-ESTAR DOS BRASILEIROS NO PERÍODO DE  
2017-2020**

**PUBLIC POLICIES AS AN INDUCER OF THE WELL-BEING OF BRAZILIAN PEOPLE IN THE  
PERIOD OF 2017-2020**

José Antonio Ribeiro De Moura, Everton Rodrigo Santos, Sueli Maria Cabral e Honor De Almeida Neto

**RESUMO**

Este artigo tem como objetivo principal investigar a relação existente entre a percepção do bem-estar dos brasileiros e as políticas públicas no período de 2017 a 2020. Para atender o objetivo proposto, primeiro refletimos sobre as políticas públicas como difusão do bem-estar educação em espaços não escolares; depois discutimos os conceitos de bem-estar e felicidade, que tratamos como sinônimos; por fim, apresentamos os resultados encontrados no survey da sétima onda da Pesquisa Mundial de Valores (WVS, 2017-2020). A pesquisa configura-se como quantitativa, os dados foram coletados por meio de

**Palavras-Chave:** Brasil. Bem-estar. Políticas Públicas.

**ABSTRACT**

Problema de Pesquisa: . Se a pobreza e a desigualdade afetam a felicidade, pode ser verdade também que esta mesma felicidade pode estar afetando a crença na condução das políticas públicas no Brasil. Objetivo: investigar a relação existente entre a percepção do bem-estar dos brasileiros e as políticas públicas no período de 2017 a 2020

**Keywords:** Brazil. Well-being. Public policy.

# **POLÍTICAS PÚBLICAS COMO INDUTOR DO BEM-ESTAR DOS BRASILEIROS NO PERÍODO DE 2017-2020**

## **1 INTRODUÇÃO**

Este artigo tem como objetivo principal investigar a relação existente entre a percepção do bem-estar dos brasileiros e as políticas públicas no período de 2017 a 2020. Para atender o objetivo proposto, primeiro refletimos sobre as políticas públicas como difusão do bem-estar educação em espaços não escolares; depois discutimos os conceitos de bem-estar e felicidade, que tratamos como sinônimos; por fim, apresentamos os resultados encontrados no survey da sétima onda da Pesquisa Mundial de Valores (WVS, 2017-2020).

A pesquisa configura-se como quantitativa, os dados foram coletados por meio de survey e utilizamos os dados da 7ª (2017-2020) Ondas da Pesquisa Mundial de Valores (World Values Survey/WVS). O trabalho justifica-se socialmente, dado que, para McMahon (2009), a felicidade constitui-se, de modo geral, como o objetivo central da vida e a área de políticas públicas está implicada nesta discussão, pois este campo teórico e metodológico tem na ação do Estado seu principal escopo de estudo, e é de extrema importância à incidência dos governos que mediante políticas públicas, reformas, ajustes administrativos e investimentos, têm responsabilidade privilegiada para com o desenvolvimento de uma comunidade, região ou país nos seus diferentes aspectos e aqui, particularmente, na dimensão da felicidade (SOUZA, 2006).

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS E BEM-ESTAR**

Na formulação de políticas públicas, os gestores destas enfrentam o desafio de satisfazer as crescentes demandas da sociedade por melhor bem-estar, e devem ser desenhadas e implementadas através de programas e de projetos para resolver problemas relacionados à saúde, educação, assistência social, segurança, economia e infraestrutura (PASE; SANTOS, 2011). Nesta perspectiva, Carballo (2015) prediz que o tipo de políticas e a forma como são executadas dependerá, então, de tomar nota das áreas em que as pessoas sentem maiores deficiências. E complementa que é imprescindível desenhar políticas que ajudem a modificar positivamente a realidade, uma vez que a felicidade dos cidadãos também é função e responsabilidade do governo, sendo, portanto, o Estado um agente poderoso para promover tais condições.

Partimos do princípio de que os resultados das políticas públicas tenham consequências para a vida das pessoas e, desta forma, descrevemos algumas variáveis que, julgamos importantes e que, por sua vez, podem influenciar o bem-estar subjetivo em si.

Nesta perspectiva, alguns autores como Lane (2000) e Easterlin (2002), afirmam que o bem-estar subjetivo aumenta na medida em que as populações deixam de ser pobres, mas não continua aumentando com o crescimento da riqueza nos países cuja maior parte de sua população goza de condições materiais ou econômicas relativamente elevadas. Não é por acaso que as nações mais felizes do mundo tendem a ser aquelas com altos níveis de renda, mas com muita igualdade social e confiança entre seus habitantes.

No outro extremo, Carballo (2015, cap. 8) esclarece que “países vivendo na pobreza sofrem vários tipos de privação: de comida, de trabalho, salários inadequados, acesso à saúde, moradia, água potável, entre outros”. Não é de surpreender, portanto, que um aumento na renda tenha um impacto direto e os pobres mostrem um aumento na satisfação com suas vidas à medida que seus níveis de renda aumentam. Aqui vale ressaltar que estudos mostram que os países geralmente têm uma proporção semelhante de pessoas muito felizes.

Do bem-estar e dos mecanismos o que melhoram ou o diminuem, devem ser baseadas no entendimento de como o sistema de mercado, como a principal instituição moderna estruturante do mundo, afeta a felicidade das pessoas.

Por esse lado, segundo Lane (2000, p. 79), “o mercado se tornou o centro da sociedade, princípio de organização, para que influencie profundamente todos os aspectos da formação social, sejam estes: se preocupam com a vida material, a justiça e a social ordem ou costume e crença”. Em complemento a esse argumento, Harari (2017, p. 387) prediz que “para os capitalistas só o livre mercado pode garantir a maior felicidade possível para o maior número, criando crescimento econômico e abundância material e ensinando as pessoas a serem autossuficientes e empreendedoras”.

Neste sentido, a maioria dos estudiosos concorda que níveis mais altos de desenvolvimento estão associados a maiores níveis de bem-estar. Neste âmbito, Frey e Stutzer (2012) salientam que uma fusão entre a Economia da Felicidade e o referencial teórico da economia permitiria o desenvolvimento de políticas adequadas, de forma numérica.

Nesta mesma linha de pensamento, Carballo (2015) afirma que as políticas públicas devem maximizar uma função de bem-estar social e claramente, a busca pela felicidade está ligada ao desenvolvimento sustentável. Neste contexto, o tipo de políticas e a forma como são executadas dependerá, das áreas em que as pessoas sentem maiores deficiências. A autora expressa as políticas públicas que geram mais ou menos impacto no bem-estar subjetivo da população, conforme Figura 1, a seguir:

**Figura 1 – Políticas Públicas X Bem-Estar Subjetivo**



Fonte: Adaptado de Carballo (2015, cap. 12).

Nesta proposição, a autora coloca que políticas públicas que influenciam simultaneamente tanto o bem-estar objetivo individual quanto o bem-estar subjetivo da sociedade, e que “a promoção do bem-estar social é obter oportunidades iguais, para que todos os habitantes de um país - ou a grande maioria - tenha a mesma possibilidade e alcance o seu desenvolvimento pessoal” (CARBALLO, 2015, cap. 12).

Em complemento, para Sen (2000), a concepção de desenvolvimento pessoal destacada, consiste na eliminação de privações de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer sua condição de agentes.

A autora reforça que a aplicação de estudos sobre felicidade em políticas públicas ainda é experimental e progride mais lentamente do que a pesquisa acadêmica e que avançar com maior eficiência no caminho para o bem-estar das pessoas, dependerá, em grande medida, da capacidade de articulação do meio acadêmico com o setor público.

No Brasil a distribuição da felicidade é extremamente desigual. Além da desigualdade de renda, existe uma enorme desigualdade na distribuição de bem-estar subjetivo. Sabemos que políticas redistributivas e educacionais são fundamentais para diminuir o primeiro tipo de desigualdade, mas para aumentar a igualdade na distribuição de felicidade é preciso investir não apenas no aumento da renda de todos. A burocracia autônoma e capacitada pode ter contribuído para impedir um processo de crescimento sustentado no Brasil nos anos 1970 e 1980.

Isto posto, fica perceptível que o governo tem papel preponderante para o bem-estar da população e por meio das políticas públicas pode formular ações que auxiliem a sociedade a ter uma vida aceitável e, conseqüentemente dada a literatura, proporcionar felicidade ao povo. Seligman (2011) entende que as políticas públicas são traçadas em todo o mundo tentando otimizar os níveis materiais da população. Em suma, as políticas públicas devem maximizar uma função de bem-estar social.

Por outro lado, a felicidade é considerada um valor extremamente importante, tanto que foi proposta, em 2010, uma emenda ao artigo 6º da Constituição Federal brasileira para incluir o direito à busca da felicidade pelo indivíduo e pela sociedade, colocado junto com o direito à educação, saúde, previdência social, proteção, maternidade e infância (BRASIL, 2010).

Cientistas políticos se concentraram em quão diferentes sistemas de governo, como democracias e diferentes tipos de políticas governamentais, como o tamanho do estado de bem-estar social, afeta a felicidade (INGLEHART, 1990).

Nas últimas três décadas, uma formidável bateria de questionários e entrevistas vem sendo aplicada às amostras representativas das populações de dezenas de países, principalmente entre os de alta renda per capita, “procurando obter respostas sobre o grau de felicidade, elevada, moderada ou baixa, dos indivíduos com a sua vida como um todo” (GIANNETTI, 2002, p. 62-63). Os questionários de bem-estar-subjetivo identificam nosso bem-estar com nossas sensações subjetivas, e a busca de felicidade com a busca de certos estados emocionais.

Assim, a abordagem de estudo hoje é a que associa o estudo da felicidade ao estudo do bem-estar subjetivo, efetivando o pressuposto epistemológico de que a melhor forma de estudo é compreender o que os sujeitos percebem por felicidade, tendo-se proposto o termo de bem-estar subjetivo, fazendo de cada pessoa seja a própria avaliadora da sua própria felicidade (KESEBIR; DIENER, 2008).

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PROPOSTA DE PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Nos questionários da WVS estão contemplados numerosos temas, desde percepções sobre trabalho, meio ambiente e política até crenças religiosas e valores morais. Existe, então, uma valiosa possibilidade de identificação e mensuração dos determinantes do bem-estar subjetivo, em que Diener et al. (1999) argumentam que a avaliação do bem-estar subjetivo a partir de perguntas simples e globais sobre a satisfação com a vida retrata de forma relativamente acurada a felicidade. Este conceito é que vamos tratar neste estudo. Cabe destacar que a possibilidade de uma única escolha das respostas propostas, se tornando fundamental, obrigando ao entrevistado a se posicionar em favor de uma das alternativas.

Na pesquisa verificamos a distribuição dos brasileiros em relação à satisfação com a vida, no período de 2017-2020. Quando perguntados “Em geral, o(a) Sr(a) está satisfeito ou insatisfeito com sua vida ultimamente:”, percebemos que daqueles que se julgam “completamente satisfeitos com a sua vida” apresentam o maior percentual de 30,5. Na outra ponta, apuramos um percentual de 2,6 que se consideram “completamente insatisfeitos” com a suas vidas. Quando justapomos os cinco índices médios que declararam poucos satisfeitos com a vida que levam, temos um total de 21,7 pontos percentuais, enquanto os cinco índices médios, que concebem estarem bem satisfeitos com as suas vidas, somam apenas 77,9. E num índice 0,4 não souberam responder. À medida que olhamos de cima para baixo, ou seja, de “completamente insatisfeito” para “completamente satisfeito” o índice aumenta. Dessa maneira, podemos intuir que a grande maioria dos brasileiros se concebem satisfeitos com a vida que levam.

Em seguida relacionamos a satisfação com a vida dos brasileiros e a uma questão importante de políticas públicas: Aqui estão dois argumentos que as pessoas usam quando discutem o meio ambiente e o crescimento econômico. Qual delas se aproxima mais do seu ponto de vista?

Percebemos uma relação entre o sentimento de satisfação com a própria vida e a importância dada as políticas públicas quanto à proteção ao meio ambiente e ao crescimento econômico. Desta maneira a responsabilidade do Governo com o nosso bem-estar. Daqueles que se definem como “completamente satisfeitos” apresentam a maior percentual em ambos os questionamentos e dão grande importância ao meio ambiente e ao crescimento econômico do país. Por outro lado, apuramos uma média de pessoas “completamente insatisfeitos” com as suas vidas, em 2,7% e 2%, respectivamente e dão pouca importância a essas duas diretrizes de políticas públicas. Quando justapomos os cinco índices de satisfação com a vida dos brasileiros, temos um percentual de mais de 78% de pessoas satisfeitos com a vida que levam e estabelecem importante proteger o meio ambiente e o país crescer. Neste seguimento, haverá uma tendência de aumentar a satisfação com a vida na medida em que aumenta também a importância atribuída as políticas públicas.

### **3 CONCLUSÃO**

Por meio do survey, os brasileiros mais satisfeitos com a vida concebem que tem um padrão de vida melhor do que seus pais tiveram em que encontramos quando aumenta a satisfação com a vida e aumenta também a percepção de uma vida melhor que a dos pais dos brasileiros.

Como afirma Carballo (2015), que “países vivendo na pobreza sofrem vários tipos de privação: de comida, de trabalho, salários inadequados, acesso à saúde, moradia, água

potável, entre outros e que o tipo de políticas e a forma como são executadas dependerá, então, de tomar nota das áreas em que as pessoas sentem maiores deficiências.

É possível intuir, com base nos resultados apurados, que a satisfação com a vida tem uma associação positiva com as políticas públicas. Em síntese, as políticas públicas são indutoras de bem-estar dos brasileiros no período de 2017-2020.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**: Brasília. Presidência da República. Constituição Federal (Texto compilado até a Emenda Constitucional nº 99 de 14/12/2017). Art. 6º Casa Civil, 2010.

CARBALLO, Marita. **La felicidad de la naciones: claves para un mundo mejor**. Buenos Aires: Sudamericana, 2015. E-Book (não paginado).

DIENER, E. et al. Subjective well-being: Three decades of progress. **Psychological Bulletin**, v. 125, 1999.

EASTERLIN, R. **Does economic growth improve the human lot? Some empirical evidence**. In: EASTERLIN, R. (Org.). *Happiness in Economics* (2002 ed., pp. 5-41). Cheltenham: Edward Elgar. 1974

FREY, B., e STUTZER, A. **The use of happiness research for public policy**. *Social Choice and Welfare*, v. 38, n. 4, p. 659-674, 2012.

GIANNETTI, Eduardo. **Felicidade**: Diálogos Sobre o Bem-Estar na Civilização. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

HARARI, Yuval Noah. **Uma breve história da humanidade**. 24. ed. Porto Alegre: L&PM, 2017.

INGLEHART, R. **Culture shift in advanced industrial society**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

KESEBIR, P., DIENER, E. **In pursuit of happiness. Empirical answers to philosophical questions**. *Perspectives on Psychological Science*, v. 3, n. 2, p. 7-13, 2008.

LANE, R. E. **The Loss of Happiness in Market Democracies**. London: Yale University Press, 2000.

MCMAHON, D. M. **Uma história da felicidade**. Lisboa: Edições 70, 2009

PASE, Hemerson Luiz; SANTOS, Everton. **Democracia e Desenvolvimento**. Seminário Nacional de Ciência Política e Opinião Pública. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 3 a 5 de setembro, 2011.

SELIGMAN, M. **A visionary new understanding of happiness and well-being**. New York: Free Press, 2011.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão de literatura**. *Sociologia*, Porto Alegre, ano 8, p. 20-45, jul/dez.2006.